

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - RFQ
Serviços

Ref.: Edital nº 003/2018 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005
Processo nº: 01302.000135/2018-71
(Favor referir-se a este número em todas as correspondências)

08 de Maio de 2018.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, convidá-los a apresentarem uma proposta para levantamento de bases de dados disponibilizadas para acesso público e tratamento das informações obtidas para inserção dos dados no Sistema Aberto de Observatório para Visualização de Informações (Visão), segundo este documento de solicitação.

A Solicitação de Cotação (RFQ) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

Anexo I - Condições Gerais do Contrato
Anexo II - Termos de Referência (TOR)

Sua oferta deve ser entregue no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, Protocolo do IBICT, CEP: 70.070-912 – Brasília DF, **até as 17h:00 do dia 24/05/2018**, fazendo referência ao **Edital nº 003/2018 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**.

Juntamente com as propostas deverão ser encaminhadas as seguintes informações:

- Número do Edital
- Nome Fantasia da Licitante
- Razão Social da Licitante
- Endereço, Telefone, Fax, Site, E-mail.
- Dados Bancários (Banco, Agência, Conta)
- Nome Completo e CPF do Responsável Legal
- Cópia do Cartão do CNPJ

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o IBICT, até o dia **22/05/2018**, **telefone: (61) 3217 6110**, **e-mail: josenascimento@ibict.br**.


José Luís dos Santos Nascimento
Coordenador Nacional do Projeto UNESCO/IBICT 914BRZ2005

ANEXO I: Condições Gerais do Contrato para Fornecimento de Bens e Serviços

1. ACEITAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato só pode ser aceito pela assinatura do Contratado e pela entrega pontual dos bens de acordo com os termos deste Contrato, conforme especificado neste documento. A aceitação deste Contrato resultará em um Contrato entre as partes em que os direitos e obrigações das Partes serão regidos unicamente pelos termos e condições deste Contrato, incluindo estas Condições Gerais. Nenhuma disposição adicional ou inconsistente proposta pelo Contratado obrigará a UNESCO a nada, a menos que acordado por escrito por seu funcionário devidamente autorizado.

2. DEFINIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Bens são, incluindo, mas não se limitando a, equipamentos, peças sobressalentes, commodities, matérias-primas, componentes, produtos intermediários e os produtos que o Contratado é obrigado a fornecer sob este Contrato. Os serviços incluem, sem limitação, serviços conexos ao fornecimento dos produtos, instalação, treinamento, transporte e quaisquer outras obrigações, conforme exigido no âmbito deste Contrato.

3. PAGAMENTO

A UNESCO efetuará, no cumprimento dos prazos de entrega, salvo disposição em contrário no presente Contrato, o pagamento no prazo de até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal do Contratado e cópias dos documentos de embarque especificados neste Contrato. O pagamento pela UNESCO não implica aceitação dos produtos nem de quaisquer trabalhos ou serviços relacionados nos termos deste Contrato.

4. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, nomeadamente, que a UNESCO e seus órgãos subsidiários são isentos de todos os impostos diretos e estão isentos de direitos aduaneiros em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Assim, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura qualquer montante que representa tais impostos ou direitos cobrados a UNESCO pelo Contratado. O pagamento desse valor ajustado constituirá pagamento integral pela UNESCO. No caso de qualquer autoridade tributária se recusar a reconhecer a isenção da UNESCO a partir de tais impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente a UNESCO.

5. MARCAS

Sempre que um INCOTERM for usado neste Contrato ele deverá ser interpretado de acordo com os INCOTERMS 2000.

6. LICENÇA DE EXPORTAÇÃO

O Contratado deverá obter qualquer licença de exportação exigida para os bens.

7. INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO

Todos os bens devem ser sujeitos a inspeção e testes pela UNESCO ou seu representante designado, na medida do possível, em todos os tempos e lugares, incluindo o período de fabricação e, em qualquer caso, antes da aceitação final pela UNESCO. Se qualquer inspeção ou teste é feito nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor, o Contratado, sem custo adicional, fornecerá todas as instalações e assistência razoáveis para a segurança e comodidade dos inspetores no exercício das suas funções. Todas as inspeções e testes nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor serão realizados de forma a não atrasar indevidamente ou interromper as atividades comerciais ordinárias do Contratado ou seu fornecedor. A aceitação final ou rejeição dos bens deve ser feita o mais breve possível após a entrega, mas a falha em inspecionar e/ou aceitar e/ou rejeitar os bens são retiradas do Contratado a responsabilidade por bens não conformes, nem impõe obrigações à UNESCO. O Contratado deverá fornecer e manter um sistema de controle de processo de fabricação, qualidade e inspeção que abranja os bens aceitáveis para a UNESCO. Os registros de todo o trabalho de inspeção pelo Contratado deverão ser mantidos completos e disponibilizados à UNESCO durante a execução nos termos do presente Contrato e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ou para qualquer outro período que pode ser especificado neste Contrato. Cópias de todas as certificações de materiais e os resultados dos testes deverão ser apresentadas à UNESCO mediante solicitação.

8. ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS, INCLUINDO EMBALAGEM

O Contratado garante que os produtos estejam em conformidade com as especificações e aptos para os fins aos quais esses produtos são normalmente utilizados, bem como para fins de, em locais onde e sob circunstâncias fornecidas pela UNESCO ao Contratado. O Contratado garante que os produtos são novos, de fabricação atual e livre de defeitos de projeto, fabricação e materiais. O Contratado também garante que os bens estejam firmemente contido, embalados e marcados, levando em consideração o(s) modo(s) de embarque, de forma e modo a proteger os bens durante a entrega ao seu destino final. A não ser que um período mais longo seja especificado no presente contrato, o Contratado garante e atesta que reparará ou substituirá, sem despesa para a UNESCO ou seus clientes, quaisquer bens ou componentes que comprovadamente estejam com defeito no desenho, material ou mão de obra dentro de um período de 01 (um) ano a partir da data em que tais bens sejam colocados em uso.

9. PÓS-VENDA

A Contratada deverá manter e fornecer assistência técnica, manutenção, serviços, reparos e revisão dos produtos conforme solicitação da UNESCO e de seus clientes referentes a este Contrato.

10. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar e salvaguardar, às suas expensas, a UNESCO, seu pessoal e seus clientes de e contra todas as ações, reclamações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos decorrentes de atos ou omissões do Contratado ou do seu pessoal ou por outros responsáveis no desempenho nos termos deste Contrato.



11. PATENTE

O Contratado deverá defender às suas expensas qualquer processo ou ação movida contra a UNESCO ou seus clientes com base em uma alegação de que qualquer produto ou o uso normal do mesmo fornecido sob este Contrato constitui qualquer violação de qualquer patente de qualquer país, se notificada por escrito pela autoridade competente. As informações e assistência para a defesa dos mesmos correrão a expensas do Contratado. O Contratado deverá pagar todos os danos e custos nela imputadas à UNESCO ou seus clientes. A Contratada deverá, às suas próprias expensas e a seu critério, receber da UNESCO o direito de continuar a usar os bens, modificá-los para que se tornem não infratores ou, com a aprovação da UNESCO, remova referidas bens e reembolsar o preço de compra, incluindo os custos de transporte e instalação.

12. SEGURO CONTRA INCÊNDIO E COBERURA ESTENDIDA

Em todos os tempos antes da entrega dos bens e/ou serviços, o Contratado deverá efetuar e manter seguro contra incêndio e seguro de cobertura estendida em cima de quaisquer bens sujeitos a este contrato em um montante igual ao valor segurável de tais bens e de serviços incorporados com valores a serem pagos ao Contratado e à UNESCO de acordo com o surgimento dos seus interesses.

13. VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas neste Contrato não poderão ser aumentadas ou diminuídas sem a prévia autorização por escrito da UNESCO.

14. MUDANÇAS

A UNESCO poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, fazer alterações no âmbito geral deste Contrato. Se qualquer mudança provocar um aumento ou diminuição do preço ou o tempo necessário para o desempenho do presente Contrato, será feito um ajuste equitativo no preço do Contrato e/ou no cronograma de entrega, e o Contrato deverá ser alterado, rescindido ou reeditado em conformidade. Qualquer reclamação pelo Contratado para ajuste nos valores deve ser informada dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação de mudança; no entanto, a UNESCO poderá, a seu critério exclusivo, receber e agir sobre qualquer reclamação, a qualquer tempo, antes do pagamento final nos termos deste Contrato. A falha em não concordar com os ajustes será uma controvérsia a ser decidida de acordo com a Cláusula 25. Entretanto, nada nesta Cláusula isentará o Contratado de prosseguir com o Contrato, conforme alterado. Nenhuma modificação ou alteração nos termos deste Contrato será válida ou aplicável contra a UNESCO, a menos que seja por escrito e assinada por um representante devidamente autorizado da UNESCO.

15. RESCISÃO POR CONVENIÊNCIA

A UNESCO poderá rescindir este Contrato, no todo ou em parte, mediante notificação ao Contratado. Após o recebimento da notificação de rescisão, o Contratado deverá tomar medidas imediatas para trazer o trabalho e os serviços ao fim de uma forma rápida e ordenada, reduzirá as despesas ao mínimo e não realizará qualquer compromisso para frente a partir da data de recebimento da notificação de rescisão. Em caso de Rescisão por Conveniência, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto para obras e serviços executados de forma satisfatória antes da rescisão, para as despesas necessárias para a terminação rápida e ordenada do trabalho e para o custo de tal trabalho necessário. Na medida em que a computação desse pagamento devido pela UNESCO pode não ser suficiente para o Contratado, em relação à rescisão do Contrato, o Contratado poderá reivindicar um ajuste equitativo de acordo com os procedimentos para ajuste equitativo referida na Cláusula 14 acima.

16. REMÉDIOS PARA O DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do Contrato por parte do Contratado, incluindo, mas não limitado, a não obtenção de licenças necessárias para exportação ou para fazer a entrega de todos os bens até a data de entrega acordado, a UNESCO poderá, após ter dado ao Contratado aviso prévio razoável executar e sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou recursos, exercer uma ou mais das seguintes direções: (1) adquirir a totalidade ou parte dos bens e/ou serviços de outras fontes/fornecedores, caso em que a UNESCO poderá tornar a Contratada responsável por quaisquer custos adicionais decorrentes deste ato; (2) recusar-se a aceitar a entrega da totalidade ou de parte dos bens e/ou serviços; (3) rescindir este Contrato; (4) exigir que o Contratado envie os bens/serviços pela via mais *premium*, às expensas do Contratado, para cumprir o cronograma de entrega; (5) impor uma indenização.

17. PENALIDADES POR ATRASO

Se o contratante não entregar a totalidade ou parte dos bens ou não executar qualquer dos serviços no prazo especificado no Contrato, a UNESCO poderá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos, deduzir do preço total estipulado no presente Contrato o montante de 0,5% do preço de tais bens ou serviços não executados por cada semana de atraso (ou parte dele), até um período de 8 semanas.

18. FORÇA MAIOR

Não obstante as disposições das Cláusulas 16 e 17, o Contratado não poderá ser responsabilizado por omissão ou indenização, na medida em que seu fracasso em cumprir as suas obrigações nos termos deste Contrato é o resultado de um evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, força maior é definida como um evento fora do controle do contratante, que não envolva culpa ou negligência do Contratado e que não seja previsível, incluindo desastres naturais, guerra (declarada ou não) e outros eventos de natureza ou força similar.

19. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer autoridade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.



20. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

21. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÉLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU

O Contratado não deverá divulgar ou tornar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

22. CESSÃO E INSOLVÊNCIA

O Contratado não deverá, exceto após a obtenção da aprovação prévia por escrito da UNESCO, ceder, transferir, penhorar ou fazer outra disposição deste Contrato ou de qualquer parte deste documento ou qualquer dos direitos do Contratante ou obrigações nos termos deste Contrato. Caso o contratante se torne insolvente ou se o controle do Contrato mudar devido à insolvência, a UNESCO poderá, sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir este Contrato mediante notificação por escrito ao Contratante.

23. TRABALHO INFANTIL

O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

24. MINAS

O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

25. ARBITRAGEM

Qualquer controvérsia ou reclamação resultante de ou em conexão com qualquer disposição deste Contrato ou qualquer violação do mesmo deverá ser, se não for resolvida por conciliação direta, resolvida de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data deste Contrato. A UNESCO e o Contratado ficarão sujeitos a qualquer sentença arbitral proferida como resultado da referida arbitragem como adjudicação final de qualquer controvérsia ou queixa.

26. CONCILIAÇÃO

Sempre que, no decurso da negociação referida na Cláusula 25 acima, as partes desejarem buscar uma solução amigável de tal disputa, controvérsia ou reivindicação por meio de conciliação, esta será vinculada pela sentença proferida como resultado da conciliação como sendo o julgamento final de qualquer controvérsia ou reclamação.

27. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

28. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

- Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;
- Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança.

UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição.

29. ANTITERRORISMO

O contratante compromete-se a envidar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.



ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Levantamento de bases de dados disponibilizadas para acesso público e tratamento das informações obtidas para inserção dos dados no Sistema Aberto de Observatório para Visualização de Informações (Visão).

2. JUSTIFICATIVA

Com o aumento crescente da demanda por utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), em estudos nas mais diversas áreas, e os avanços tecnológicos presentes nos dias atuais, a pesquisa e a busca por conhecimentos quanto a ferramentas de geoprocessamento estão na ordem do dia. Esses sistemas tornam o acesso aos dados uma atividade prática e a leitura deles eficiente, otimizando o tempo em análises.

O IBICT é tradicionalmente um dos grandes incentivadores do acesso aberto no Brasil. Esse tipo de filosofia privilegia o acesso às informações científicas e tecnológicas disponíveis, o que permite o desenvolvimento do país. A filosofia aberta não se concentra apenas nas publicações científicas e tecnológicas, mas também nos dados e nas ferramentas de software.

Diante do exposto, optou-se pela criação do Sistema Aberto de Observatório para Visualização de Informações (Visão). Pode-se definir o Visão como uma ferramenta de visualização de informações baseadas em localização geográfica para suporte à tomada de decisão e construção de políticas públicas. Este sistema é um serviço integralmente desenvolvido pelo IBICT e que poderá atender às necessidades de gestão e visualização de informação de diversas organizações governamentais.

Está consolidado um sistema que permite a troca de dados, em um modelo universal, entre instituições brasileiras produtoras de dados públicos. Esses dados, provenientes de diversas bases, desenham a visualização geográfica em uma magnitude considerável.

Dentre os objetivos deste sistema Visão, estão:

- Disponibilizar indicadores dinâmicos a partir da análise de grandes conjuntos de dados;
- Permitir a criação de relações entre indicadores oriundos de diferentes instituições;
- Possibilitar a análise visual e histórica de indicadores relativos ao desenvolvimento social, econômico e ambiental;
- Contribuir para a formulação de políticas públicas; e,
- Ser uma ferramenta para apoio à tomada de decisão.

Dessa forma, a presente consultoria será fundamental para identificar as bases de dados que serão integradas ao sistema Visão, ampliando o alcance desta ferramenta entre os diversos usuários e auxiliando na formulação de políticas e tomadas de decisão.

A consultoria está relacionada com o levantamento de bases de dados, tratamento das informações e mecanismos para o desenvolvimento de novos procedimentos e tecnologias de coleta e análise na otimização de ferramenta tecnológica e de



inovação, previsto no projeto entre UNESCO e IBICT (914BRZ2005). Essa atividade também encontra-se alinhada à linha de ação 1 para “ciências naturais” do C/5 (programa e orçamento da UNESCO de biênio) que visa “Apoiar estados-membros a fortalecer sua capacidade em desenvolver e monitorar políticas inclusivas de ciência, tecnologia e inovação e sistemas de conhecimento (base de dados)”.

3. ESCOPO

Propor, dentre as bases de dados públicas no âmbito federal, aquelas que possuem potenciais dados, atrelados a uma das três divisões geográficas: municípios, mesorregião ou estado, para inserção no sistema Visão com intuito de avaliar o impacto de ações institucionais em diferentes áreas como: economia, saúde, educação, dentre outras a serem propostas. A listagem com algumas das bases que inicialmente interessam ao projeto estão em anexo. A proposta pode ser ajustada com a equipe de trabalho, podendo ser excluída alguma base proposta pelo IbiCT ou incluída outra por sugestão da empresa que será definida para realizar o trabalho. Tais dados deverão ser coletados e formatados de acordo com o padrão de dados formulado para o Visão, que consiste em uma tabela em formato Comma-Separated Values (CSV) com duas colunas de valores. A primeira coluna deve conter os códigos da unidade geográfica utilizada e a segunda coluna deve conter os valores dos dados que se deseja atribuir a tais unidades geográficas. Também é necessário o preenchimento de metadados, estes deverão seguir o padrão do Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB) em sua versão sumarizada.

4. PRODUTOS E ATIVIDADES

Os seguintes Produtos e Atividades deverão ser entregues e realizadas:

4.1. PRODUTO 1 – Documento contendo a proposta das áreas e bases públicas no âmbito federal contendo o nome da base, a descrição, a frequência (anos/meses em que os dados foram disponibilizados), a estrutura (lista de campos presentes nos dados), o link para acessar a base e um embasamento teórico para a escolha da área e base.

- Atividade 1: Levantamento teórico das áreas impactadas por ações institucionais.
- Atividade 2: Coleta e avaliação da relevância das bases relacionadas com áreas selecionadas na Atividade 1.
- Atividade 3: Elaboração do documento .

4.2. PRODUTO 2 – Documento contendo todos os dados coletados com as informações necessárias requeridas pelo formato proposto pelo Visão.

- Atividade 1: Coletar os dados nas bases selecionadas registrando as informações requeridas.
- Atividade 2: Avaliar a consistência dos dados coletados.
- Atividade 3: Elaboração do documento.

4.3. PRODUTO 3 – Documento com metadados atendendo os requisitos do Perfil MGB sumarizado.

- Atividade 1: Editar os metadados de acordo com o padrão do Perfil MGB sumarizado.
- Atividade 2: Elaborar o documento.



5. PERFIL DA EQUIPE DE TRABALHO

A equipe técnica deverá ser composta por, no mínimo:

- 01 (um) profissional de nível superior com experiência de no mínimo cinco (05) anos na coordenação de projetos de pesquisa científicas ou tecnológicas. O profissional será o responsável pela coordenação do trabalho, em todas as atividades previstas.

- 01 (um) profissional analista de nível superior que tenha experiência de no mínimo cinco (05) anos em instituições, programas e projetos na área de Ciência e Tecnologia trabalhando com coleta e classificação de dados. O profissional será o responsável pela elaboração do planejamento, replanejamento e acompanhamento de todas as atividades previstas.

6. PLANO DE TRABALHO

As licitantes, com base neste Termo de Referência, deverão apresentar, juntamente com suas propostas, um plano de trabalho que no momento da contratação da empresa vencedora poderá, caso considerado necessário, ser ajustado pela UNESCO e pelo IBICT. O Plano de Trabalho deverá conter os seguintes itens:

1. Objetivos do trabalho;
2. Produtos a serem entregues durante a execução do trabalho;
3. Atividades a serem desenvolvidas para a realização de cada Produto;
4. Prazo necessário à execução de cada Produto;
5. Proposta de reuniões de acompanhamento do desempenho do trabalho com a equipe gestora da contratante, indicando quantas reuniões e em que período;
6. Gantt Chart com detalhamento do solicitado nos itens 4 e 5 descritos acima;
7. Perfil da equipe de trabalho; e
8. Infraestrutura e equipamentos que serão utilizados para a realização dos Produtos a serem entregues.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Os Produtos/Atividades deverão ser prestados/entregues em até 90 (noventa dias), conforme o cronograma a seguir:

Produtos	Prazo de Entrega após a assinatura do contrato (em dias corridos)	Valor da Parcela (% do total do contrato)
Produto 1	30	35%
Produto 2	30	35%
Produto 3	30	30 %
TOTAL	90	100%



7.2 Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato.

7.3 A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado.

7.4 Cada pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço/entrega do produto, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.5 As parcelas serão pagas mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens/serviços.

7.6 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ2005, CNPJ 03.736.617/0001-68.

7.7 A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
SAUS – Quadra 5 – Bloco H – Lote 6 – 5º Andar – Sala 508
CEP 70070-912 – Brasília, DF

9. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0.01% (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada *pro rata tempore*, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

10. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO


Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Termo de Referência e no Edital de convocação das propostas das licitantes.

11. MONITORIA DO CONTRATO

O acompanhamento da execução dos serviços será feito mediante a realização de reuniões a serem realizadas na sede do Ibict, com a presença do coordenador do projeto da UNESCO no Instituto, conforme indicado no Plano de Trabalho estabelecido no item 06 (seis) desse Termo de Referência.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As licitantes deverão apresentar, juntamente com suas propostas, comprovação de qualificação técnica para a prestação do serviço:



- A comprovação de qualificação técnica deverá demonstrar que as licitantes desenvolveram trabalhos de análise, exame, pesquisa, coleta, compilação ou fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastros e similares (código 17.01.01.02); A comprovação deverá ser realizada mediante apresentação de documento(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive pelas entidades profissionais competentes, para trabalhos realizados durante os últimos 05 (cinco) anos a contar da data dessa licitação.
- A comprovação da qualificação da equipe envolvida mediante currículo.

13. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação será o de Menor Preço Global, e pela análise dos outros documentos exigidos por esse edital.



ANEXO III: Algumas bases de dados que interessam ao trabalho

Abia
Abinee
ABPO
Abracal
Abras
ACSP
Anac
Anatel
Anbima
Anda
ANFAVEA
ANP
Antaq/AEP
ANTT/AETT
Assembléias
BACEN
Banco Mundial
BCB
BLS
BM&F Bovespa
BNDES
Capes
CJF
CNI
Conab
CRU
DataSus
Dieese
Dnit (não consigo abrir o site)
Economist
EIA
Eletróbrás
Eletros
Fecomércio SP
FGV
Fiemg
Fiesp
FIPE
Firjam
FMI
FNDE
Funcex
Fundap/Diesp
IBGE
Ibmec
IBS
ICMbio



IEA
INCRA
Ipea
Ipums
JP Morgan
Kof
M Saúde
M. Cultura
MCTIC
MDA
MDIC
MDS
Min Fazenda / STN
Minagincom
Ministério da Fazenda
Mivop
MMA
MME
MPS
MTE
Nasdaq
Nemesis
OCDE
ONS
RFFSA
Seab - PR
Sead/Ped
Serasa
Snic
Transportes
TSE
TSE
Valor Econômico

